



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, bem como os requisitados que prestam serviço à Justiça Eleitoral Catarinense e os magistrados da Classe Jurista, assinaram autorização nos termos do Anexo Único da Instrução Normativa n. 87, de 12.8.2020, para fins de cumprimento da exigência contida no artigo 13 da Lei n. 8.429, de 2.6.1992, e no art. 1º da Lei n. 8.730/1993.

Declaro, ainda, que, enquanto sujeitos ao cumprimento das obrigações previstas nas Leis n. 8.429/1992 e n. 8.730/1993, foi concedido acesso ao Tribunal de Contas da União – TCU aos dados de bens e rendas exigidos nas mencionadas Leis, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Florianópolis, 21 de fevereiro de 2025.

Ana Claudia Furtado Vidal
CPF n. 888.216.929-49
Secretária de Gestão de Pessoas
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina